

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 3/4373

Classificação

050302

Data 09.06.02



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2565 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>4 / 6 / 2003</u>
Q Secretário da Mesa <i>Recebeu</i>

Assunto: **Contratos de recolha e tratamento de efluentes das empresas localizadas na Bacia Hidrográfica do Ave**

Destinatário: **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

*Por determinação de SESP/AR, à
Sra. Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

09.06.03

[Signature]

O problema em epígrafe foi levantado na Conferência Têxtil «Trajectos de Futuro», realizada na Assembleia da República no passado dia 26 de Maio. Questões desenvolvidas pela ANIT-LAR em ofícios dirigidos ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Entre os vários diferendos existentes referem-se:

- (i) O facto de a TRATAVE estar a impor uma tarifa para 2009 na base de Despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, não compatível com o contrato de concessão entre o Estado e a Águas do Ave, S.A.
- (ii) Os manifestos contra-sensos ambientais e económicos existentes no articulado do Contrato de Recolha de Efluentes celebrado entre o Município de Vizela e a Águas do Ave, S.A. (que será idêntico para os restantes municípios do Vale do Ave), no estabelecimento de uma relação entre caudal e tarifário;
- (iii) A proibição de instalação de sistemas individuais de tratamento de efluentes, que tem levado a processos de contra-ordenação e posterior anulação pelos tribunais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas estão em curso para a resolução dos diferendos referidos?
2. Que avaliação faz o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional das questões levantadas pela indústria?

Palácio de S. Bento, 2 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes